

Homenagem póstuma ao acadêmico Sílvio Edmundo Elia, em 20 de março de 1999

Leodegário A. de Azevedo Filho, da ABF, UERJ e UFRJ

A geração de Sílvio Elia transitou entre o autodidatismo – no bom sentido do termo! – e a formação universitária plena. Aliás, isso mesmo se lê no livro *Ensaio de filologia*, de sua autoria, obra publicada em 1963 pela antiga Livraria Acadêmica, atual Livraria Padrão. Nesse livro, incluiu substancioso ensaio sobre “Os estudos filológicos no Brasil”. Mas, por inaceitável modéstia, retirou do texto o próprio nome, quando tratou da terceira geração de modernos filólogos e modernos lingüistas brasileiros. Tal lacuna já havíamos procurado preencher no livro *Ensaio de Lingüística e Filologia*, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1971; e também em longo artigo que inserimos no terceiro número da *Revista brasileira de língua e literatura*, em 1980. Em ambas as publicações, tivemos oportunidade de apreciar a extraordinária contribuição dada por Sílvio Elia ao desenvolvimento da Ciência da Linguagem no Brasil, concentrando o nosso interesse específico na análise das seguintes obras:

O problema da língua brasileira (R. J., 1940 - 2.^a ed. - 1961); *Orientações da lingüística moderna* (R. J., 1955); *O ensino do latim* (R. J., 1957); *Dicionário gramatical*, parte referente à Língua Portuguesa (Porto Alegre, 1962); *Ensaio de filologia* (R. J., 1963); *Preparação à lingüística românica* (R. J., 1974); *Seleção em prosa e verso de Augusto Frederico Schmidt* (R. J., 1975); e *A unidade lingüística do Brasil* (R. J., 1979). E isso além das obras didáticas e de várias teses de concurso, entre as quais a de Doutorado, sobre as origens do verso românico, que tivemos o altíssimo e imerecido privilégio de examinar. E isso sem contar ainda com numerosos ensaios, um deles sobre Sociolingüística, além de resenhas e artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Aliás, espera-se, para breve, a segunda edição das *Poesias de Anchieta em português*, com texto por ele estabelecido e com introdução teórica de nossa responsabilidade. (1.^a ed., R. J., Antares, 1984).

A formação universitária de Sílvio Elia foi, realmente, invejável. Dominava muito bem as línguas clássicas, como Professor Catedrático do Colégio Pedro II, após defesa de tese em que estudou a presença de elementos osco-úmbricos no latim; conhecia diacrônica e sincronicamente as línguas românicas, como pouca gente em todo o mundo lusofônico e introduziu, juntamente com J. Mattoso Camara Jr., a lingüística moderna no Brasil. Foi, em tudo, um humanista

integral, acreditando em Deus uno e trino como força criadora do Universo e jamais tendo qualquer dúvida sobre a vida eterna. Por isso mesmo, irradiava esperança e confiança, sempre tranqüilo, numa época cada vez mais atormentada pelo entrelaço de interesses menores e pela covardia moral dos que se calam ou fecham os olhos diante da miséria, da fome e das injustiças sociais.

No que se refere ao aprofundamento científico de sua formação, não se pode excluir a sua visão universalista. Para ele, a cultura não devia ser entendida como luxo de poucos, mas como força profunda do próprio desenvolvimento social, seguindo assim o pensamento de outro grande Mestre, que foi Alceu Amoroso Lima. Sempre teve um compromisso com a cultura, indo muito além dos limites naturais de uma sala de aula. Foi um pesquisador sempre apegado à humildade do método, pois a humildade sempre foi a grande virtude dos sábios. E foi, acima de tudo, um chefe de família exemplar, suportando com imensa serenidade todos os desígnios de Deus, por mais incompreensíveis que se mostrassem à pobre visão humana.

Na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, ao lado de dois grandes Mestres, J. Mattoso Camara Jr. e Serafim da Silva Neto, aos poucos foi introduzindo os fundamentos da lingüística moderna. Lembra-me um de seus cursos de extensão universitária, em que tratou dos fonemas em português. Associava-se à sua exposição, sempre serena e didática, um profundo conhecimento da matéria, a partir mesmo dos ensinamentos do Círculo Lingüístico de Praga e da teoria fonológica de Bloomfield. O conceito de fonema, como um feixe de traços fônicos distintivos, era a base da classificação por ele dada, assunto inteiramente novo no Brasil daquela época, e que o levou a sério debate científico com o professor José Oiticica, este último voltado para a fonética tradicional, por mais inovadoras que fossem as suas idéias. Hoje, todos sabemos que, cientificamente, Sílvio Elia estava certo e que saiu vitorioso da polêmica, mas com absoluta serenidade e respeito ao velho professor, que se julgava criador de um pensamento lingüístico brasileiro, suposição até certo ponto válida. Mas tinha Oiticica, talvez, uma espécie de excessivo apego à originalidade, faltando-lhe, ainda, a convivência com as grandes correntes da lingüística moderna no mundo, muitas das quais ele ignorava e até recusava, praticamente opondo-se às idéias fundamentais de Ferdinand de Saussure, como foi o caso da não-aceitação da dicotomia *langue* e *parole*. Como se sabe, as dicotomias propostas pelo mestre genebrino, desde cedo, abriram espaços de reflexão teórica para os estudos lingüísticos, e isso no mundo inteiro, sobretudo os conceitos de significante e significado, sincronia e diacronia, sintagma e paradigma, que Sílvio Elia já procurava introduzir em sua obra didática *Lingua e literatura*, publicada pela Companhia Editora Nacional. Tudo isso era visto, pelo professor José Oiticica, de quem Sílvio Elia fora aluno, como um desvio das idéias que ele próprio ensinava no *Manual de análise* e no *Manual de estilo*, quase em tom de pregação. Não queria o velho mestre que o discípulo fosse buscar no estrangeiro nenhuma orientação moderna, em detrimento da sua própria doutrina. Mas Sílvio Elia, a essa altura, já havia percorrido

os caminhos abertos pela primeira geração de lingüistas europeus, com Bopp e Grimm à frente; já havia examinado o pensamento de Schleicher e seus discípulos, como representantes da segunda geração da lingüística européia; já havia seguido as pegadas de Whitney, que afinal incluíram os Estados Unidos da América na terceira geração de lingüistas, em plano universal; já havia lido Franz Boas, o verdadeiro iniciador do movimento de renovação dos princípios e métodos da chamada Escola Lingüística Norte-Americana; e já havia, por fim, mergulhado fundo nas obras de Sapir e Bloomfield, os dois discípulos de Boas que sistematizaram a lingüística descritiva, como Sílvio Elia fartamente demonstrou no livro *Orientações da lingüística moderna*, onde também tratou do idealismo lingüístico de Vossler, ao lado da chamada Escola Estilística Espanhola, inspirada por Dámaso Alonso, Amado Alonso e Carlos Bousoño, paralelamente estudando a Geografia Lingüística, na trilha de Gilliéron. Além disso, Trubetzkoy e Roman Jakobson estavam presentes na histórica polêmica com José Oiticica, ao lado de Sapir e Bloomfield, cujo pensamento era total novidade naquela época, em que ainda não se falava em Chomsky. Tudo isso deixava estarecido não apenas o veterano mestre do *Manual de análise*, mas a própria Universidade brasileira, que aos poucos ia despertando do marasmo gramatical em que se encontrava, para abrir os olhos sonolentos diante dos novos caminhos abertos pela lingüística universal.

• Assim, com J. Mattoso Camara Jr., o nosso grande autor dos *Princípios de lingüística geral*, Sílvio Elia introduziu a lingüística moderna no mundo de Língua Portuguesa, inclusive com os cursos que ambos ministravam na Universidade de Lisboa, enquanto J. G. Herculano de Carvalho fazia o mesmo em Coimbra. É certo que Sílvio Elia, por sua formação espiritualista, por vezes, valorizava em demasia as contribuições do Idealismo Lingüístico, em particular em seus estudos de semântica e estilística. Mas isso pouco importa, diante das linhas de pesquisa que dominaram os seus estudos, a saber: a) análise crítica das correntes teóricas da lingüística em nosso século e tentativa da aplicação de seus princípios e métodos ao ensino da Língua Portuguesa; b) descrição e funcionamento da língua portuguesa, tanto na modalidade escrita, como na falada; c) estudos estilísticos e dialectológicos; d) o português do Brasil; e) versificação românica; f) versificação portuguesa; g) lingüística românica; h) semântica moderna; i) crítica textual; j) línguas clássicas, sobretudo o latim; l) língua literária; m) nomenclatura gramatical brasileira; n) sociolingüística; e o) literaturas em Língua Portuguesa, estudando até a língua literária de autores africanos. Como é claro, não dispomos aqui de espaço, nem de tempo, para examinar todas as linhas de pesquisa acima referidas, o que nos leva a deter-nos apenas numa delas, que é o português do Brasil.

O mundo de Língua Portuguesa é hoje formado por cerca de 200 milhões de falantes, dos quais 170 milhões se encontram no Brasil. Aqui recebemos uma língua feita, divergindo as nossas questões dialectológicas das questões que

envolveram as velhas nações européias. Lá, para o reconhecimento das línguas nacionais, houve disputa entre dialetos, sobrepujando-se aos demais os que se iam impondo como instrumento de maior cultura e prestígio social. Assim, na Itália, sobressaiu o dialeto florentino, que teve Dante Alighieri como cultor, pouco valendo a tese conciliatória que o próprio e genial autor da *Divina comédia* iria defender em *De vulgari eloquentia*, segundo a qual a língua nacional da Itália deveria ser constituída de elementos de todos os dialetos falados na Península. No Brasil, ao contrário disso, o português se foi lentamente implantando como língua nacional, marginalizando-se as línguas indígenas e africanas. Com efeito, as relações entre o português e as línguas indígenas, bem assim as relações entre o português e as línguas africanas, já no século XVII, se reduziram a simples contactos, daí resultando empréstimos de adstrato. Como era natural, o léxico do português do Brasil se enriqueceu por meio de empréstimos lingüísticos, que não alteraram a consolidada estrutura da língua dos conquistadores, pois a ela tiveram que se ajustar morfológicamente. E a partir do século XVIII, sem qualquer sombra de dúvida, a língua portuguesa estava definitivamente implantada no Brasil.

A história do transplante da Língua Portuguesa para o Brasil, a partir do pensamento teórico de Otto Jespersen, situa-se em dois casos. No primeiro verificou-se progressiva marginalização da população nativa, em proveito da língua e da cultura dos colonizadores; e, no segundo, porque as levas de imigrantes que chegaram ao Brasil, aos poucos, se foram integrando no sistema lingüístico dominante em todo o território nacional, o que já havia ocorrido historicamente com as línguas africanas, pois os escravos não passavam de imigrantes forçados. O primeiro caso explica a própria colonização portuguesa, que superou inteiramente a invasão temporária de outros povos europeus, com foi o caso dos holandeses no Nordeste e dos franceses no Rio de Janeiro. O efeito dessas invasões bem cedo desapareceria, retornando-se sempre aos caminhos da colonização portuguesa. O segundo caso explica a integração cultural do negro em nossa sociedade colonial, bem assim a integração posterior de imigrantes de várias outras nações, sendo cronológica e quantitativa a diferença entre os dois exemplos. Cronológica porque a presença de escravos africanos no Brasil é anterior à presença de outros imigrantes. Na casa-grande, a mãe-preta cuidava dos filhos dos senhores, falando um português crioulo. O caso dos outros imigrantes – já aqui foi observado que o negro também foi um imigrante, embora forçado – é diferente, porque já encontraram aqui uma sociedade estabelecida, não participando assim da sua formação inicial, como se deu em relação ao negro escravizado. Como é sabido, todos os imigrantes espontâneos sempre tiveram o maior interesse, ontem como hoje, em aprender o português do Brasil, muitas vezes ocorrendo o fato de que os seus netos ou mesmo os seus filhos já não falariam plenamente a língua dos pais. O próprio sotaque estrangeiro tende a ir desaparecendo, por força de um fenômeno contínuo de integração

lingüística e social. Não admira, assim, que o número de empréstimos que o português do Brasil recebeu de línguas africanas seja muitas vezes maior que o número de empréstimos proveniente das línguas dos imigrantes espontâneos, quase todos circunscritos a falas especiais e a gírias.

Portanto, em face do português comum, historicamente constituído em Lisboa, no século XVI, período áureo da língua, há hoje três vertentes: a portuguesa, a brasileira e a falada nas jovens nações africanas de língua lusa, onde o bilingüismo ainda persiste. Assim, em face da norma comum de que se originam, tanto a variante portuguesa, como as vertentes brasileira e africana sofreram naturalmente renovações e inovações, pois nenhuma língua poderia permanecer imutável em três continentes em que é falada. Como exemplo, veja-se que o português do Brasil teve o seu léxico ampliado e enriquecido com empréstimos lingüísticos procedentes das línguas indígenas brasileiras e das línguas africanas. Por outro lado, o fenômeno progressivo de enfraquecimento vocálico da pronúncia portuguesa atual representa, entre outros fatores, uma possível diversificação em face da norma comum. No Brasil, ao contrário, mantemos um vocalismo certamente mais tenso que o da norma originária, ao lado de ligeiro enfraquecimento das articulações consonantais. São exemplo, entre outros, da variação das normas do português da América e do português da Europa e África. Mas, em tudo isso, é claro que a língua não mudou como sistema, exata e precisamente porque as suas formas gramaticais permaneceram as mesmas. Realmente, o português do Brasil não recebeu qualquer empréstimo de fonemas, nem de morfemas gramaticais de qualquer outra língua, nativa ou não. E bem dizia Darmesteter que uma língua pode até mudar o seu léxico e a sua sintaxe; mas, se as formas gramaticais não mudam, a língua não mudou, permanecendo a mesma.

Em síntese, o problema da unificação e da diferenciação do português do Brasil, em confronto com o português de Portugal, encontra plena e cabal solução lingüística em função do conceito de unidade na variedade, nisso insistindo muito Sílvio Elia, entre outros grandes filólogos brasileiros, como Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, Gladstone Chaves de Melo e Clóvis Monteiro, para citar apenas quatro nomes, entre dezenas deles. Pode ser que, em futuro imprevisível, com o enfraquecimento da força agregadora do sistema aqui se abra espaço para o aparecimento de outras línguas. Mas, por enquanto falamos e escrevemos a língua “em que Camões cantou, no exílio amargo, / o gênio sem ventura e o amor sem brilho”, como queria Bilac.

Na verdade, portugueses, brasileiros, povos africanos e timorenses somos todos usuários do mesmo sistema lingüístico, cada povo com a sua expressão cultural própria e inconfundível. Em nosso caso, logo se notam as diferenças de pronúncia e da melodia rítmica da frase, além da riqueza inovadora e renovadora do léxico. Mas isso, é claro, não atinge a unidade superior da língua, na medida em que as suas três vertentes estão centradas nas mesmas formas

lingüísticas ou morfemas gramaticais. A propósito, dizia Eça de Queirós que falávamos um “português com açúcar.” E Miguel Torga aconselhava aos portugueses que vinham ao Brasil ou para o Brasil: “é preciso pronunciar as vogais e amaciar as consoantes.” Ao que acrescentamos: falar um português mais docemente vocálico e menos áspero em face da pronúncia lusitana, que suprime vogais e explode consoantes... Talvez por isso a vertente brasileira tenha maior curso e mais fácil aceitação na boca dos estrangeiros, que logo se enamoram pelo português do Brasil ou pela fala brasileira. Mas a língua, enquanto sistema, é exatamente a mesma. E, se me fosse permitido sugerir alguma coisa aos nossos irmãos portugueses, em proveito da língua comum, eu lhes diria que procurassem intensificar, no ensino sistemático da língua nas escolas, os exercícios de silabação, para evitar que se transformem em octossílabos, com tantas elisões vocálicas, os admiráveis decassílabos de *Os Lusíadas*... E aos brasileiros recomendaria um pouco mais de rigor na articulação das consoantes.

Pois bem, Sílvio Elia, desde o seu primeiro livro, publicado em 1940 e intitulado *O problema da língua brasileira*, até um dos últimos, em 1979, com o título de *A unidade lingüística no Brasil*, a partir dos conceitos de sistema, norma e fala, como mais tarde iria propor Eugênio Coseriu, sempre se posicionou em defesa da existência de uma língua comum – enquanto sistema! – entre portugueses, brasileiros e povos africanos de língua portuguesa. Uma língua comum por sua unidade não por sua diversidade, nesse sentido já tendo observado o filólogo Paul Teyssier que o centro de gravidade da língua portuguesa chega a deslocar-se da Europa para a América, levando-se em conta que no Brasil vivem 165 milhões dos quase 200 milhões de seus falantes. Nem teria hoje qualquer sentido querer ressuscitar a velha mentalidade colonizadora de que os portugueses são os donos da língua, mentalidade que gerou famosas polêmicas no passado, como a que se travou entre Alencar e Pinheiro Chagas, ou mesmo entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco. Donos da língua comum somos todos nós, os portugueses, os brasileiros e os povos das jovens nações africanas de língua portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, e São Tomé e Príncipe. Claro está que, dentro da mesma língua, pode haver muitas formas de expressão, motivo pelo qual rejeitamos a sinonímia proposta para os termos *língua e expressão*. Na realidade, não existem povos de “expressão portuguesa”, a não ser o próprio povo português. O que existe, portanto, são povos de língua portuguesa, cada qual com a sua expressão própria. E nós, brasileiros, imprimimos uma *expressão* nitidamente *brasileira* ao português do Brasil, assim como os povos africanos imprimiam uma *expressão* nitidamente *africana* à língua que é de todos nós. Aliás, não foi outro o entendimento do saudoso colega e amigo J. do Prado Coelho, em excelente artigo publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de Lisboa, onde distinguiu claramente, *língua de expressão*. Assim, a mesma língua pode exprimir diferentes culturas.

A unidade lingüística na variedade de expressões, portanto, responde

pela sobrevivência e pelo prestígio da língua portuguesa no mundo. Como se sabe, somos a sexta língua mais falada em toda a humanidade, em disputa apenas com o árabe. E sempre que há uma língua comum, também já assinalou o lingüista Paul Teyssier, dentro do seu sistema logo nascem duas forças opostas: uma conservadora e outra diversificadora. Do equilíbrio entre essas duas forças vai depender a unidade superior da língua, evitando-se a sua fragmentação. Nem nos parece, como não parece aos portugueses, que haja qualquer interesse político, econômico ou cultural em que se abram, dentro do mundo de língua portuguesa, espaços para o aparecimento de novas línguas. Daí a razão por que a força diversificadora deve ser sempre balanceada com a força unificadora, mantendo-se o sistema comum em sua unidade. E se isso não era inteiramente percebido por alguns ilustres portugueses do século passado, que se julgavam os senhores absolutos da língua, não há dúvida de que os portugueses de hoje, a não ser por ignorância lingüística, são unânimes em aceitar a tese científica da unidade na diversidade ou na variedade.

Longe está, com efeito, a fase autoritária e dogmática do purismo gramatical. A norma culta da língua se encontra, costumava observar o professor Celso Cunha, por onde passa o meridiano da cultura. Ela tanto pode estar em Lisboa, como no Rio de Janeiro ou em Maputo. Não tem nenhum sentido, conseqüentemente, a posição conservadora de certos portugueses, que ainda hoje desejam preservar o português europeu de certos brasileirismos ou de certos africanismos, isolando a língua que falam dentro do próprio mundo lusofônico. Tal posição, sem dúvida alguma, é separatista, pois levaria os brasileiros e africanos a não considerarem os lusismos vindos da Europa. A propósito, lembremos que o dicionário de Webster acolheu, inteligentemente, todos os empréstimos lingüísticos que penetraram na língua inglesa. Do mesmo modo, o *Dicionário geral da língua portuguesa*, que vem sendo elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss, procura reunir todos os lusismos, todos os brasileirismos, todos os africanismos e todos os asiaticismos de que se tenha notícia. Aliás, muitos dos chamados “brasileirismos” vieram de Portugal e aqui ainda hoje se conservam e retornam à pátria de origem, sobretudo pela ação contínua dos veículos de comunicação de massa, num verdadeiro processo de retro-alimentação lingüística, muito bem desenvolvido pela televisão brasileira e suas novelas, tão apreciadas pelo povo português. Além disso, não contamina o sistema comum o uso legítimo de certas expressões brasileiras, já em pleno curso não apenas em África, mas também em Portugal de nossos dias. Pelo contrário, tal uso estimula a força unificadora da língua, injetando sangue novo no português europeu e quebrando as formas petrificadas do isolacionismo lingüístico. Somos, portanto, favoráveis à interpenetração dos diferentes usos da língua dentro do sistema comum, em proveito de todos. Afinal, a televisão brasileira leva a Portugal uma língua falada cheia de vitalidade, que é a mesma de lá, mas com expressão própria. E se alguém a isso se opuser certamente estará muito mais empenhado no

desenvolvimento da força diversificadora do que na intensificação da força unificadora da língua.

Para concluir, Sílvia Elia, como filólogo, já que até aqui focalizamos sobretudo o lingüista, tanto desenvolveu o espírito de análise, como o espírito de síntese, voltando-se para a valorização da minúcia científica. Concorreu, assim, em seus estudos, e concorreu muito, para colocar a filologia no quadro geral das ciências do nosso século, quase todas orientadas para a investigação do infinitamente pequeno. De tal sorte que nos parece lícito falar em microfilologia, como se fala em microfísica (a física nuclear) ou mesmo em microbiologia. A tendência atual do nosso pensamento científico visa a levar às últimas conseqüências a pesquisa da minúcia, tanto no plano das ciências experimentais ou indutivas, como no plano das ciências hipotético-dedutivas, sem esquecer o plano das ciências humanas e sociais. Em tudo os especialistas se voltam para pormenor revelador ou conseqüente, antes mesmo de qualquer tentativa apresada de síntese. A própria psicologia da Gestalt, de base estruturalista, indica o melhor caminho para a verdadeira aprendizagem, que é a marcha do sincretismo para o sintetismo através do analitismo. A primeira etapa, a de percepção inicial, sempre nos traz uma visão de conjunto, necessariamente sincrética. Compete à análise desmembrar, minuciosamente, numa segunda etapa, os elementos integrados no conjunto. E a tarefa final de síntese consiste na recomposição lógica dos elementos desmembrados pela análise.

Sílvia Elia tinha perfeita compreensão de tudo isso, pois sabia que, em nível universitário, tanto mais fecunda será a síntese quanto mais pormenorizada for a análise. Mas daí, da própria excelência do método, nasce uma dificuldade, que alguns especialistas não conseguem ultrapassar. Referimo-nos àqueles que se perdem na análise de minúcias, por vezes irrelevantes, não tendo forças para chegar à verdadeira síntese. Por isso, ficam apenas na segunda etapa do processo, incapazes de concluir. Os estudos filológicos de Sílvia Elia, de acordo com o que aqui procuramos dizer apresentam apuradíssimo espírito de análise, pois alcançam o átomo lingüístico, a exemplo dos traços fônicos distintivos de um fonema numa série correlativa. Mas ele sempre soube o caminho de volta, exatamente aquele que possibilita a reintegração dos micro-elementos desmembrados, apresentando então o sistema fônico da língua em sua totalidade, mas em termos de síntese.

Que dizer agora, nestas palavras finais? Apenas que as novas gerações possam estudar intensamente e aprender na extraordinária obra científica que nos deixou, que devemos sempre recolher as lições dos próprios erros, com indispensável humildade intelectual, para o progresso científico dos nossos estudos. Afinal, a vida de Sílvia Elia foi marcada por características bem definidas, entre as quais a sua consciência universitária, o seu espírito de pesquisa, o respeito à condição humana e a sua humildade cristã.

Nota:

Sílvia Edmundo Elia nasceu no dia 4.7.1913, no Rio de Janeiro. Faleceu em 16.11.1999.